

# Feijão com Arroz

Depois de sete planos econômicos frustrados, desde o começo da Nova República, um ex-Ministro de Estado, também ele planejador, com notável dose de humor compara o Brasil a um cidadão sentado em cadeira elétrica à espera do próximo choque. Como é que sobrevivemos a tudo isso?

A evidência, até prova em contrário, é de que o Brasil é melhor que as cartilhas que lhe foram empurradas pela goela, seja a pretexto de reduzir as disparidades inter-regionais e individuais de renda, seja para conter a inflação, seja ainda para inaugurar um estágio no qual nos ajustaríamos ao paraíso dos preços contidos como na Suíça, e com o PIB em alta como no Japão. A evidência, em resumo, é de que o Brasil é melhor que os planos.

Muito provavelmente por isso calou tão fundo na alma das brasileiras e dos brasileiros a prosaica tirada do novo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, propondo que se voltasse ao simples, ao elementar. Que voltássemos ao *Feijão com Arroz*.

Para voltar ao simples, convém olhar rapidamente para o passado, investigando as origens do nosso planejamento econômico, seus momentos de maior sucesso e fracasso. Juscelino Kubitschek, para não ir muito longe, é o último caso de propostas coerentes de desenvolvimento em cima de metas que deixaram resultados concretos. Seus "cinqüenta anos em cinco", se não produziram ao pé da letra o que o otimista e jovial governante propôs, e se nos legaram a fantasia de Brasília, ainda assim empurraram a indústria leve e pesada, além de deflagrar um processo de substituição de importações muito mais ambicioso que o iniciado nos idos do getulismo e da última guerra, com a implantação da indústria de aço em Volta Redonda.

O Trienal de João Goulart não saiu do papel, e a Revolução de 1964 produziu o PAEG de Roberto Campos, que, na prática, não foi tão longe quanto a ambição explícita num Plano Decenal articulado pelo antigo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). O que caracterizou, mesmo, o pós-64 foi o reordenamento das contas externas, a reestruturação dos mercados de capitais e financeiro, e um modelo onde se plantaram certas sementes — como a Correção Monetária e a Cambial — com as quais os brasileiros aprenderam a conviver com a sua inimiga mortal, a inflação, nossa companheira inseparável desde muito antes de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e a República dos primeiros dias.

A realidade parece indicar que os brasileiros aprenderam a conviver com esse desastre, que é a inflação, e o bom senso indica que a forma de contê-la não deve eletrocutar o paciente. O *Feijão com Arroz* do novo Ministro da Fazenda teve o efeito mágico de tirar a cadeira elétrica do nosso cenário. É isso, simplesmente, que aconteceu. Pelo menos a curto prazo não seremos fritados por descargas, que a pretexto de reintroduzirem camisas-de-força inevitáveis de planejamento econômico, retirarão o bom senso do seu lugar, subvertendo os mecanismos instalados com os quais todos aprenderam a conviver.

*Feijão com Arroz*, porém, não deve significar leniência com a inflação, pois esta, se não funciona como um choque mortal, coloca os mais pobres na frigideira e vai torrando todos os cidadãos em fogo e óleo quentes, enquan-

to do outro lado engorda o Estado com seu déficit público e sua voracidade permanentes.

Propõe-se o Ministro da Fazenda a conter a inflação, impedindo que ela cresça em espiral, revalorizando a política fiscal. Em termos simples, em lugar de tomar mais dinheiro emprestado, pressionando as taxas de juros, o governo tomará dinheiro diretamente dos contribuintes para cobrir suas necessidades de caixa. No fim do ano passado o Imposto de Renda já ensaiou um ataque nesse sentido, e que será custeado basicamente pela classe média. Como praticar uma estratégia fiscal, sem que se achate o poder de compra dos cidadãos e se transfira renda para o Governo, que ficará mais rico e mais burocrático ainda?

O Ministro propõe-se o óbvio: cumprir o Orçamento. Seu otimismo a esse respeito decorre de que Autoridade Monetária e Autoridade Fiscal encontram-se hoje separadas por lei, e o Orçamento, se seguido de acordo com o que as leis dispõem, já não permite que um Ministério — qualquer Ministério — obrigue o Banco Central a emitir papel-moeda, para que o Banco do Brasil repasse recursos sem provisões adequadas àquele que tiver maior poder de pressão política sobre o Planalto.

O óbvio, em outros países, surte efeito porque existem vários ingredientes desconhecidos no Brasil. O primeiro deles é a importância do próprio Orçamento. Em democracias como a americana, apenas a título de exemplo, a apresentação do *budget* ao Congresso é um acontecimento nacional que agita não só os parlamentares, mas todas as primeiras páginas dos jornais, a televisão, a mídia em geral. Na Grã-Bretanha, quando o Chanceler do Tesouro sai para o Parlamento com a pasta de couro na qual leva o *budget*, a velha pasta é fotografada de todos os ângulos possíveis e imagináveis: ali dentro vai a conta corrente do Estado.

No Brasil, até hoje o Orçamento é uma peça de ficção, que passa não só pelo descredenciamento do Congresso como participa na fixação de receita e despesa, mas ainda no baixo civismo que decorre da deseducação coletiva provocada pela corrupção inflacionária. No Brasil, na verdade, os cidadãos não conseguem organizar seus orçamentos individuais, porque ninguém sabe quanto custará amanhã uma caixa de fósforos, um maço de cigarros ou um quilo de carne.

A proposta do Ministro da Fazenda de voltar ao *Feijão com Arroz*, aposentando a febre de planejamento, faz sentido porque retira a cadeira elétrica do cenário. "Vamos aprender a conviver com uma taxa de inflação momentaneamente alta, mas que não vai subir mais", propõe ele. Ótimo. Todos os brasileiros aceitam.

Para que, porém, o feijão com arroz não se transforme em prato amargo, é preciso que o Congresso e os mecanismos de cobrança de responsabilidades na sociedade sejam imediatamente ativados. Sem cobrança de austeridade dentro do Governo — que é de onde está partindo toda a baderna inflacionária — o prato proposto não terá a menor consistência. É preciso vigiar o Governo.

A população tem que ser mobilizada nesse sentido, ou voltaremos todos à cadeira elétrica sem que os Planos resolvam, com seus choques, os mais simples e elementares dos nossos problemas. Apenas abrirão novas feridas em um tecido social mais do que esgarçado e sofrido ao longo de sete planos.